

Comunicação, cultura e tecnologias de informação

José Manuel Paquete de Oliveira

Gustavo Leitão Cardoso

José Jorge Barreiros

No contexto de um rápido desenvolvimento e crescimento das Tecnologias de Informação e Comunicação e de uma globalização dos mercados, a consolidação da sociedade da informação aparece como factor estratégico para a constituição de novos modelos económicos e sociais.

Assim, actualmente, a informação assume uma importância central enquanto vector estruturante de um conjunto plural de domínios socioculturais, económicos e políticos.

Portugal, que na última década tem vindo a assistir à constituição e organização de agentes, instituições e infra-estruturas ao nível da sociedade da informação, necessita de constituir uma base de informação que permita avançar no conhecimento do sector.

A Internet como infra-estrutura mundial de informação e comunicação assume um papel cada vez mais preponderante na redefinição das representações existentes acerca da sociedade da informação. Configura-se, portanto, como objecto de estudo prioritário no âmbito da investigação científica.

O conhecimento sociológico evidenciou desde há muito o lugar central da informação/comunicação, enquanto vectores estruturantes de um conjunto plural de domínios socioculturais, económicos e políticos. É inegável a

centralidade de que se revestem as temáticas relacionadas com a informação e a comunicação nas sociedades contemporâneas.

As infra-estruturas e o negócio da informação assumem cada vez mais importância no contexto da economia capitalista globalizada, sendo o volume e o fluxo de informação superior aos precedentes e desempenhando um papel estratégico a vários níveis da vida social. Multiplicam-se, nos mais diversos domínios científicos, as reflexões teóricas e os questionamentos sobre a emergência, e prováveis consequências, das redes globais de informação de que a Internet é a primeira expressão generalizada.

Os países da União Europeia apontam o sector da informação e telecomunicações como um sector estratégico que urge estudar, compreender e caracterizar, tal como se encontra expresso no *Livro Branco Para o Emprego, Desenvolvimento e Competitividade*, no estudo elaborado pela Comissão Europeia que teve expressão no *Relatório Bangmann para a Sociedade da Informação* e ainda na concretização do *Livro Verde Para a Sociedade da Informação em Portugal* e nos dois projectos *e-europe* que têm acompanhado as políticas nacionais e europeias dos últimos anos.

Num sector caracterizado por transformações aceleradas, onde os aspectos de natureza global se cruzam com as especificidades de cada país, urge desenvolver uma reflexão e orientações próprias. Neste contexto, também Portugal – que na última década tem assistido à constituição e organização de agentes, instituições e infra-estruturas ao nível da sociedade da informação – necessita de definir, implementar e consolidar políticas nestes sectores estratégicos da economia mundial.

Espera-se, com este livro, sistematizar uma análise integrada de diferentes facetas do espaço mediático e comunicacional presente na Internet, produzindo um contributo e uma reflexão sobre os impactos e consequências da Internet nos processos de inovação e mudança social que desencadeia. O estudo do fenómeno Internet deve, como tal, trazer à discussão as questões sociais, económicas, políticas e culturais que caracterizam a nossa actualidade. A emergência deste novo meio de comunicação e informação deve ser pensada como mais uma faceta da nova realidade, permitindo iluminar o questionamento em torno das grandes linhas estruturais que se mantêm da modernidade e as mudanças que as reconfiguram. A sua problematização, enquanto objecto de estudo, insere-se no âmbito mais vasto da discussão em torno da constituição e da realização da sociedade da informação.

Internet, interfaces do social

Quando, há alguns anos, iniciámos este projecto, movia-nos uma particular determinação: contribuir para o estudo da sociedade da informação a partir do nosso *lugar* e do nosso *espaço* nessa sociedade. Ou seja: numa perspectiva sociológica e de observação específica à realidade nacional.

A grande maioria dos estudos e investigações realizados sobre a sociedade da informação inscrevem-se em especial nas vertentes tecnológica e económica. Por outro lado, os discursos produzidos sobre a Internet, como grande axioma e supremo paradigma dessa dita sociedade, referem normalmente parâmetros internacionais da dimensão global do fenómeno.

Daí o nosso propósito de partida ter sido o de tentar colher elementos informativos que ajudassem a perceber que posição estava a ocupar Portugal na sociedade da informação e colocar essa informação ao dispor de quem, afinal, tem poder e competência para decidir o nosso futuro.

A denominação «Sociedade da Informação» está muito generalizada, mas longe de ter um entendimento comum. No sentido que lhe deu a Missão para a Sociedade da Informação, no seu *Livro Verde*², trata-se de «um modo de desenvolvimento social e económico, em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas desempenham um papel central na actividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais».

A «Sociedade da Informação», expressão atribuída a sociólogos norte-americanos, de entre os quais se destaca Daniel Bell, na sua análise ao pós-industrialismo³, assenta na concepção de que, com as novas tecnologias de informação e comunicação, a informação passa a ser a fonte principal da produção de valor e consagra a primazia das actividades informacionais em relação às actividades do sector secundário e terciário. A indústria pesada é, assim, substituída pela *informação* e o *valor-trabalho* pelo *valor-saber*. *Informação* e *conhecimento* sobrepoem-se à *força do trabalho* e ao próprio *capital*. Informação e comunicação tornam-se componentes fixas de todas as formas de produção⁴.

A sociedade da informação baseia o seu funcionamento e o seu desenvolvimento em três vectores principais: as tecnologias de informação, o com-

plexo conglomerado do audiovisual e as telecomunicações. Todavia, em toda a configuração, realista ou imaginária, da sociedade da informação e do mundo globalizado, e em globalização, que ela preconiza e preconiza, efectivamente, é a Internet a sua estrutura emblemática.⁵ A Internet é o paradigma duma sociedade em rede e o instrumento potenciador da sua concretização.

Por isso, decidimos avançar para um projecto que nos ajudasse a perceber essa plataforma estrutural da sociedade da informação, no particular segmento da sociedade portuguesa, em especial, no que diz respeito aos actores sociais da comunidade nacional, nas utilizações que vão fazendo desse espaço e nos conteúdos com que o substancializam.

O grande primeiro obstáculo às nossas pretensões foi de teor metodológico e epistemológico. O nosso objecto de investigação contém uma contradição de raiz na sua concepção: como delimitar um domínio (um território, embora virtual) que se inscreve num espaço cuja característica essencial é ser universal? Porém, nesta antinomia residia a originalidade possível do projecto. Tentar abstrair do todo para ajudar a delimitar o espaço português, de como se vai formando o nosso território nesse espaço global «desterritorializado».

A configuração em rede por suporte electrónico é apresentada como uma reinvenção da sociedade. Numa sociedade em rede electrónica não é a relação com um território, com um país, que define a condição e qualidade de cidadania. Mas, para aceder a essa sociedade em rede e dela usufruir, são indispensáveis infra-estruturas físicas, técnicas, tecnológicas, disponibilidade financeira por parte dos diferentes países. Por outro lado, por parte dos indivíduos, além dessas condições, porventura garantidas por programas nacionais, são exigíveis algumas competências, predisposição psicológica, cultural, social para o acesso a essa «cidade virtual» e para a utilização, manuseamento, rendibilidade dessas ferramentas, aproveitamento e produtividade da «matéria-prima» que é a informação como via para o desenvolvimento.

As diferentes abordagens teóricas, a reflectir por vezes outros tantos posicionamentos político-ideológicos, face à sociedade da informação são tendentes a acentuar, cumulativa ou separadamente, estes cinco vectores de análise: o **tecnológico**, o **económico**, o **ocupacional**, o **espacial** e o **cultural**.⁶ Ao acentuarem a importância do vector tecnológico, a maior parte dos autores que o fazem privilegiam de alguma maneira a tecnologia, a invenção tecnológica, como responsável de todas as transformações nas mais diversas acti-

vidades humanas, ao nível local, nacional e internacional. Imprimem, assim, à mudança social, no âmbito das nações ou do mundo, um valor determinístico ao vector tecnológico.⁷

A esta visão da tecnologia como factor determinístico outros estudos neste domínio contrapõem o carácter de condicionamento, e não determinístico, que a tecnologia coloca ao desenvolvimento económico, cultural e social. A análise dos vectores económico e ocupacional salienta sobretudo as alterações que a «informação», como «nova mercadoria», veio introduzir em todo o sistema produtivo, alterando as formas das organizações, a dinâmica do emprego, os ritmos da produtividade, a criação de novos bens e serviços, estabelecendo profundas modificações na criação, acumulação e distribuição de riqueza.

Efectivamente, um vector fundamental de análise à lógica de implementação e realização de uma «sociedade da informação», de um «mundo globalizado», é esta nova organização nacional da dimensão espaço-temporal do mundo. A libertação do espaço e do tempo, operada pelas novas infra-estruturas da informação e comunicação, ao tornarem «o mundo um lugar único», na expressão de R. Robertson, é um pré-requisito para a globalização.⁸

Esta vertente é igualmente importante enquanto eixo fundamental nas alterações das relações sociais e que merecem, na obra de autores como Anthony Giddens, análise específica. Enquanto, para Giddens⁹, a globalização é consequência directa da modernização, para Robertson, é a globalização que viabiliza a modernidade da sociedade.

O vector cultural amplia-se entre uma análise que considera os factores causais e as consequências neste eixo de uma «sociedade em rede» ou «aldeia global» e a abordagem específica da confluência dos «velhos e novos *media*» na criação de uma sociedade global. A globalização é um processo multifactorial e multicausal que tem de ser analisado nos seus mais variados aspectos, e em particular na sua dimensão económica, política e cultural. E se, por um lado, como defende Wallerstein¹⁰, a economia mundial é cada vez mais a extensão do sistema mundial capitalista, dominada pelas grandes empresas transnacionais que se impõem ao próprio poder político, a industrialização da cultura, intrinsecamente associada aos velhos e novos *media*, é factor axial no processo da globalização e, por isso, merece atenção especial.

O alongamento espaço-temporal é um pré-requisito para a globalização. Ou, por outras palavras, a compressão do espaço e do tempo é seguramente

um dos efeitos mais conseguidos pelas tecnologias de informação. E se, para este efeito, contribuíram já de modo bastante incisivo os *media* tradicionais, a imprensa, a rádio, a televisão, é indubitável que esse novo *medium* que é a Internet contribui decisivamente para fazer «do mundo um só local». A globalização da cultura e da informação é uma componente fundamental que está por detrás de todas as outras dimensões institucionais da globalização.¹¹

E se, para a formação do processo de globalização, convertido hoje em modelo da modernidade, é interessante verificar, na análise dos mais diferentes autores (Mc Luhan, Giddens, Harvey, Roseneau, Robertson e outros), o contributo que para isso tiveram o aparecimento do relógio mecânico, a invenção do dinheiro e da electricidade, esse prolongamento do sistema nervoso central, e os rápidos meios de transporte¹², é imprescindível estudar e investigar o influxo, embora em tempos diferidos de várias globalizações, que a Internet veio trazer para a implosão de uma sociedade global. A Internet é, provavelmente, «o mais eficaz meio para realizar a compressão espaço-tempo».¹³

Tal como outros autores, também defendemos que a globalização sempre foi uma meta preconizada através dos tempos e das civilizações, com momentos mais fortes e mais fracos. Contudo, só na contemporaneidade recebeu uma enorme aceleração.

Evidentemente, não é agora o lugar de considerarmos toda a complexidade deste processo, nem tão-pouco questionarmos a dimensão ideológica que o próprio conceito de globalização comporta. Seja qual for a perspectiva de análise, parece-nos que fica patente a oportunidade de investigar a Internet, como *medium* e *ferramenta* decisiva para a compressão do espaço e do tempo, como infra-estrutura base que delimita a distância e condiciona a forma como as relações sociais decorrem. Por isso, com propriedade, o já referido Malcolm Watters avança com este teorema: «as trocas materiais localizam, as trocas políticas internacionalizam e as trocas simbólicas globalizam».

Com efeito, perante a Internet não estamos apenas diante de uma ilimitada tecnologia de acesso e fornecimento de informação. Estamos diante de uma tecnologia social, onde milhares ou milhões de diversos actores e sujeitos sociais interagem, criando, portanto, dimensões novas de relação social e projectando até, porventura, novas formas de organização social. A análise desta dupla dimensão da Internet, como tecnologia de informação e como tecnologia social, enquanto de algum modo *ordenadora* de novos modos e

formas de vivencialidade e convivialidade, é complexa. Nem poderemos prever abarcá-la neste programa de investigação. Ainda nem completámos a análise dos efeitos sociais ocasionados pelos *media da primeira geração*, por nós aqui identificados como *media* tradicionais, e já estamos confrontados com as mudanças operadas pelos *media da segunda geração*¹⁴.

Como tecnologia social, talvez mais expressamente dito, como tecnologia de transformação social, a Internet é ainda uma realidade pouco conhecida. Nesta nossa investigação nem vamos avançar por aí. Limitamo-nos a ficar à porta ou talvez até no patamar da porta desse mundo ciberespacial de que a Internet é uma parte, mas não o todo, desse «admirável mundo novo».

Queremos contribuir para perceber num perfil sociológico quem são geralmente os *habitantes* desse novo espaço, quem são os utilizadores desse novo *medium* e que tipos de utilização dele fazem.

Estamos perante um campo de conhecimento ao qual a sociologia não pode ficar alheia. Por outro lado, como acentua Robertson, sendo a globalização um fenómeno à escala mundial, não dispensa, antes «envolve a relativização de pontos de referência nacionais e individuais perante os de natureza geral ou supranacional». Isto exige uma análise com a interligação entre estes quatro elementos: indivíduo, sociedade nacional, sistema internacional e humanidade.¹⁵

Achamos, por isso, pertinente discutir aqui as condições de acesso dos cidadãos que do território e da sociedade portuguesa entram nesse novo mundo que é a Internet e o que procuram fazer eles nesse novo espaço.

Da comunicação à ética da informação

Inicia este livro um texto dedicado aos desafios globais que a comunicação coloca hoje às nossas sociedades. Peppino Ortoleva, no seu texto, procura analisar o percurso da comunicação no século XX e como a comunicação de massa se tornou num elemento central das nossas sociedades e vidas. O desenvolvimento técnico e organizativo dos instrumentos destinados à comunicação, isto é, à produção e troca de mensagens, é uma característica que atravessa todo o século XX, sendo, de alguma maneira, um dos aspectos que mais peculiar tornam este século no quadro global da história da humanidade. Ortoleva procura, assim, lembrar que não podemos olhar as novas tecno-

logias de informação enquanto elementos separados do seu contexto de criação. Ou seja, a Internet e as novas gerações de telemóveis são fruto de um sistema dos *media* formado no século XX, ao mesmo tempo que a sua difusão e apropriação pelos utilizadores estão a criar um novo sistema dos *media*. Da compreensão entre essas relações passado/presente depende, na opinião de Ortoleva, muito do que serão as futuras sociedades da informação.

Frank Webster, no seu contributo «Desafios globais e respostas nacionais na Era da Informação», questiona-se sobre o *que está a acontecer no mundo hoje*, particularmente no que diz respeito às sociedades mais avançadas e abundantes da Europa, da América do Norte e do Extremo Oriente. Quais são as principais linhas de desenvolvimento e que opções e constrangimentos representam estas tendências? O autor discute o quanto a informação é efectivamente central no que está a acontecer e como, apesar de ser necessário olhar as perspectivas globais, a dimensão nacional é ainda fundamental para perspectivar os modelos sociais que hoje começam a germinar.

O primeiro capítulo termina com um texto dos organizadores deste livro intitulado «A Internet na construção de uma cidadania participada». Procura, de algum modo, realçar que as novas tecnologias não podem apenas ser encaradas enquanto propiciadoras de ganhos ou mudanças no quadro económico. É fundamental olhar a sua apropriação social e cívica, enquanto factor necessário para a consolidação dos próprios modelos democráticos e da responsabilidade social e geracional.

O segundo capítulo tenta apresentar algumas das diferentes faces da Internet e do modo como o surgimento desta tecnologia, a sua difusão e apropriação social podem mudar as nossas vidas. David Lyon demarca este intróito ao reflectir sobre «a *World Wide Web* da vigilância e a Internet e os fluxos de poder». Segundo Lyon, a vigilância, enquanto compilação electrónica automática de dados pessoais, desenvolveu-se rapidamente na Internet e é provável que este processo se intensifique com a comercialização das comunicações mediadas por computador. Depois de enquadrar este fenómeno no contexto dos sistemas de vigilância já existentes, David Lyon analisa alguns aspectos da vigilância no ciberespaço, nomeadamente, a monitorização da utilização, o policiamento e segurança e o *marketing*, este último o mais generalizado e o menos perceptível para os sujeitos. *Cookies* e *spiders* estão entre as mais recentes inovações tecnológicas mencionadas, a considerar na relação com os seus objectivos sociais.

Brian Loader, por seu turno, em colaboração com outros investigadores, introduz na análise dos usos da Internet a dimensão de «apoio comunitário virtual» e política social e a emergência da ajuda social mediada por computador, discutindo as principais implicações da emergência e do aumento da utilização da Internet na análise da política social em Inglaterra. Loader procura, assim, esboçar um programa de pesquisa no domínio da política social, relacionado com esse aspecto particular do uso da Internet – a entreaduda e o apoio social *on-line* –, que designa por apoio comunitário virtual.

Mark Deuze finaliza este capítulo com a análise da apropriação da Internet no campo jornalístico. A Internet, e particularmente o seu interface gráfico, a *World Wide Web*, é adoptada em todo o mundo, com níveis de utilização cada vez mais elevados. Especificamente sobre o jornalismo praticado *on-line* – tanto na produção de notícias assistida por computador, como num tipo específico de jornalismo, o jornalismo *on-line* –, podemos agora identificar e teorizar os impactos que o sistema global de computadores em rede está a ter na prática jornalística. Este texto destaca quatro tipos específicos de jornalismo *on-line*, discutindo as características-chave – hipertextualidade, interactividade, multimedialidade – que determinam o «valor acrescentado» destes tipos de jornalismo, e fornece três estratégias específicas a que os jornalistas podem recorrer para desenvolverem o potencial do jornalismo *on-line*: registo anotado de informação, jornalismo *open source* e hiperadaptividade.

O terceiro capítulo versa sobre complementaridade tecnológica e apropriação social. Embora a Internet surja como elemento central na apropriação social das novas tecnologias, há igualmente velhas tecnologias que através da digitalização têm vindo a desempenhar novos papéis. Neste capítulo, discute-se a apropriação social das tecnologias e o seu possível papel transformador. O capítulo inicia-se com um texto de Giuseppe Richeri sobre a indústria discográfica e o desafio da rede. O autor procede a uma análise da indústria discográfica, evidencia os factores que podem estar na origem do encontro entre um sector maduro da indústria de conteúdos e os vários serviços em rede, em particular, os associados à Internet.

Fausto Colombo, por seu turno, procura, através do exemplo italiano, discutir modelos interpretativos para a utilização do telemóvel em Itália nos anos 90. Colombo, numa análise cheia de similitudes com Portugal, aborda o tema da difusão do telemóvel em Itália como fenómeno não apenas tecnológico ou económico mas, de forma mais abrangente, social e cultural. A dis-

cussão articula-se em três secções: na primeira, através de uma incursão histórica, é descrito o desenvolvimento do telemóvel em Itália; na segunda, de forma muito sintética, é apresentada a sua difusão actual e as tendências do seu crescimento; na terceira, são descritos alguns modelos interpretativos do fenómeno e relacionados com alguns posicionamentos teóricos de relevo relativos ao desenvolvimento e à difusão das tecnologias.

O capítulo III encerra com um texto de Manuel Castells sobre o papel da Internet na criação da «Sociedade em Rede». Castells analisa a sociedade em rede como uma sociedade cuja estrutura social está construída em torno de redes de informação a partir da tecnologia de informação microelectrónica. Mas a Internet para Castells não é apenas um meio de comunicação; ela é também o equivalente ao que foi a fábrica ou a grande empresa para a organização social ou ainda ao que a electricidade representou para as populações na Era Industrial. A Internet é o centro de um novo paradigma sociotécnico que, na realidade, constitui a base material das nossas vidas e das nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação.

O último capítulo procura discutir a ética da informação, tomando como exemplo um acontecimento – o 11 de Setembro – e a sua cobertura pelos *media*, e analisar os pressupostos fundadores do conceito de sociedade da informação. Em «Porquê estudar os *media*? O 11 de Setembro e a ética da distância», Roger Silverstone interroga-se sobre o real papel dos *media* – especialmente os «*media* electrónicos» – nas nossas sociedades e a nossa dependência deles, quer seja por prazer e por informação, para conforto e segurança, ou num sentido de continuidade da experiência, e de vez em quando também para intensificar a experiência.

O livro encerra com a contribuição de Cees J. Hamelink, na qual o autor questiona se podemos descrever adequadamente as sociedades com apenas uma variável abrangente; caso isso seja possível, poderá ser posto em causa se a informação é uma categoria mais precisa que o dinheiro, o crime ou a agressão. Hamelink considera que há indubitavelmente «desenvolvimentos informativos» nas sociedades modernas e, através da interacção com outros desenvolvimentos sociais, estes terão um impacto na forma como o futuro dessas sociedades se moldará de formas diferentes dependendo das diferentes circunstâncias históricas. Mas Hamelink recorda que a referência a «sociedade» inspira boas e velhas questões sociológicas de poder, lucro e participação: quem beneficia, quem decide, quem participa e quem é responsável?

Hamelink convida-nos, assim, a discutir sobre os desafios morais das sociedades em que hoje vivemos e que estamos a construir.

Os autores aqui apresentados convidam-nos a realizar uma análise que nos leva da comunicação à ética da Era da Informação, proporcionando-nos um debate e uma reflexão aprofundados sobre a nossa sociedade em rede, a sua cultura e as suas tecnologias de informação.

Notas

- ¹ «Ciberfaces – A Sociedade de Informação em Análise: Internet, Interfaces do Social», Apresentação.
- ² Missão para a Sociedade de Informação (1997), *Livro Verde para a Sociedade de Informação em Portugal*, Lisboa, MSI, p. 7.
- ³ BELL, Daniel (1976), *The Coming of Post-Industrial Society*, Nova Iorque, Basic.
- ⁴ PORAT, Marc (1977), *The Information Economy*, Washington, United States Department of Commerce, cit. por MIÈGE, Bernard (2000), *O Pensamento Comunicacional*, Petrópolis, Vozes, p. 113.
- ⁵ MIÈGE, Bernard (2000), *O Pensamento Comunicacional*, Petrópolis, Vozes, p. 112.
- ⁶ WEBSTER, Frank (1995), *Theories of the Information Society*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- ⁷ ROSENAU, J. (1990), *The Study of Global Interdependence*, Nova Iorque, Nichols, cit. por WATERS, Malcolm (1999), *Globalização*, Oeiras, Celta, p. 28.
- ⁸ ROBERTSON, R. (1992), *Globalization*, Londres, Sage, p. 8.
- ⁹ GIDDENS, Anthony (1990), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta, p. 64.
- ¹⁰ WALLERSTEIN, I., «Culture as the Ideological Battleground of the modern World-System» cit. por FEATHERSTONE, Mike (org.) (1990), *Global Culture*, Londres, Sage, pp. 31-56.
- ¹¹ GIDDENS, Anthony (1990), *op. cit.*, p. 77.
- ¹² McLUHAN, Marshall (1964), *Understanding Media – The Extensions of Man*, Londres, Routledge, p. 358.
- ¹³ WATERS, Malcolm (1999), *op. cit.*, p. 143.
- ¹⁴ POSTER, Mark (1995), *The Second Media Age*, Cambridge, Polity Press, p. 31.
- ¹⁵ ROBERTSON, R. (1992), *op. cit.*, pp. 22-41.